

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO \_\_\_\_º JUIZADO ESPECIAL  
FAZENDÁRIO DA COMARCA DA CAPITAL/RJ**

**HONORATA MAFRA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, auxiliar de manutenção predial, identidade 77070225, inscrita no CPF sob o número 079.513.307-36, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, na Trav. Israel, 23 CA 02 LT 02, depois do muro do quartel de Santa Cruz\Rua Padre Santa Cruz, CEP 23575-062 - Rio de Janeiro. telefone de contato: (21) 982384718, utilizando email fabriciofdr89@gmail.com, vem, por meio de seu advogado, propor a presente

**AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA  
POR DANOS MORAIS E MATERIAIS**

em face do **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 42498733/0001-48, pelos motivos de fato e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

**I – Da Gratuidade da Justiça**

Inicialmente, afirma, com base no Art. 98 do CPC, e ciente das cominações legais, ser juridicamente necessitada, eis que não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família, razão pela qual faz jus à gratuidade de justiça.

**II – Dos Fatos**

A demandante, no dia 05 de janeiro de 2018, por volta das 06:30 da manhã, ao se destinar ao seu local de trabalho na companhia da Sra. Sandra Barbosa de Santada, ao caminhar pelo passeio público, na altura do n. 13.500 das Av. das Américas, em frete a Loja “Prá Obra Recreio”, no bairro do Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro – RJ, tropeçou e sofreu queda de própria altura, tendo em vista haver um “buraco” no passeio público, de um desnivelamento absolutamente desproporcional, fruto do péssimo estado de conservação.

Em razão da consequente queda, a autora sofreu graves lesões, precipuamente no punho que foi fraturado em decorrência da queda. A requerente foi imediatamente socorrida por sua colega (Sra. Sandra) de trabalho e outros funcionários do condomínio em que trabalha, testemunha ora arrolada.

O evento “QUEDA”, desencadeado em decorrência da irregularidade do passeio público, provocou um transtorno absurdo por meses na vida da vítima. **Cita-se a seguir a cadeia fática dos principais eventos após a queda, comprovados documentalmente nos anexos.**

- a) Hospital
- b) Declaração de acidente do trabalho
- c) Auxílio doença
- d) Internação
- e) Cirurgia

A narrativa dos fatos falam por si. Sim Excelência, um buraco no passeio pública, vai muito além do desleixo da municipalidade com a conservação do espaço público, tal ato pode causar transtornos incalculáveis na vida dos munícipes. Nota-se, desta forma, que é patente o direito pretendido.

**Deve, portanto, o Município do Rio de Janeiro, compensar a Autora pelo dano material e moral sofrido.** Acrescentando que, através de informações obtidas no local, os acidentes são frequentes, fato constatável por meio de uma simples aferição no estado de conservação da respectiva via pública.

### **III – Do Direito: Da Responsabilidade Civil do Município do Rio de Janeiro:**

A responsabilidade civil da Administração Pública, como regra geral, é objetiva, fundada no Risco Administrativo, contemplado no artigo 37, parágrafo 6º da Constituição da República. Tal ocorre sempre que um agente do Estado causar dano a terceiro, seja através de uma conduta comissiva, seja através de uma conduta omissiva.

A Teoria do Risco Administrativo, idealizada inicialmente pelo publicista francês Leon Duguit, tem por fundamento a equânime repartição dos encargos públicos, partindo do pressuposto de que, se a atividade administrativa, que é exercida em benefício de toda a sociedade, causar dano a terceiro, seja em seu exercício normal, seja em seu exercício irregular, justo é que o prejuízo também seja suportado por todos os cidadãos.

Neste passo é que estabelece o artigo 37, parágrafo 6º, da Carta Magna, que o Estado, latu senso, inclusive os Municípios, indenizarão os danos

causados a terceiros por seus agentes, quando no exercício de suas funções, independentemente da ocorrência de culpa.

No caso vertente, afigura-se evidente a responsabilidade civil do demandado pelos danos sofridos pela Autora, eis que àquele compete a preservação e conservação das vias públicas, garantindo, desta forma, a incolumidade física dos administrados. Insta observar que a regra constitucional não exige a identificação do agente público responsável pela ação ou omissão causadora do dano. Basta a configuração de uma ação ou omissão, ainda que genérica, do Estado, e a relação de causa e efeito entre essa conduta e o dano para que se faça presente o dever de indenizar. Desta forma, ainda que não seja possível precisar quem foram os agentes públicos que se omitiram no dever de conservar a via pública, evidencia-se, ao menos, uma omissão no cumprimento deste dever, eis que obrigado o Réu por força da norma constitucional invocada.

Portanto, a deficiente fiscalização da prestação do serviço público por parte da demandada, configurada a falta de conservação da via pública, ensejou o acidente causador dos danos na integridade física e moral do autor, gerando, portanto, o dever de reparação e compensação. Nesse sentido, destacam-se os seguintes precedentes:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. QUEDA DE TRANSEUNTE CAUSADA POR BURACO EM VIA PÚBLICA, DE QUE DECORRERAM LESÕES NO ROSTO E NOS DENTES DA AUTORA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL, CONDENANDO A MUNICIPALIDADE AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS, ESTES FIXADOS EM R\$ 2.000,00. INCONFORMISMO DA AUTORA. VALOR AQUEM DOS DANOS SUPOSTADOS, **MERECENDO MAJORAÇÃO PARA R\$ 8.000,00, EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE, CONSIDERANDO-SE O SOFRIMENTO FÍSICO E PSICOLÓGICO SUPOSTADO.** RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. (APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO 0126034-03.2009.8.19.0001 - DES. JACQUELINE MONTENEGRO - Julgamento: 19/07/2011 - DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL).

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU. DANOS MORAIS E MATERIAIS. QUEDA EM BUEIRO. LESÕES NO ROSTO E CORPO. OMISSÃO ESPECÍFICA DO PODER PÚBLICO EM RELAÇÃO À CONSERVAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS. DEVER DE INDENIZAR. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. MAJORAÇÃO PARA R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) QUE SE FAZ NECESSÁRIA, DE FORMA A ATENDER AO CARÁTER INIBITÓRIO QUE REVESTE O INSTITUTO, NA ESPÉCIE. ACOLHIMENTO DO PARECER MINISTERIAL. NEGATIVA DE PROVIMENTO AO RECURSO DO MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU E PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR. (Íntegra do Acórdão - Data de Julgamento: 07/08/2018 0005211-10.2013.8.19.0017 - APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA 1ª Ementa Des(a). MARIO GUIMARÃES NETO - Julgamento: 07/08/2018 - DÉCIMA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL)

APELAÇÃO CÍVEL. Ação pelo procedimento comum ordinário, com pedido de indenização por danos material e moral. **Autor que sofreu queda em via pública, com trauma na mão esquerda. Sentença de procedência.** Apelo de ambas as partes. Responsabilidade objetiva por omissão específica, ante a falta de fiscalização na manutenção da via pública. Artigo 37, §6º da Constituição da República Federativa do Brasil. Falha de manutenção da via pública e ausência de sinalização que evidenciam a manifesta negligência e recorrente desídia da municipalidade quanto à prevenção de possíveis quedas no local onde ocorreu o evento descrito na inicial. Nexso causal comprovado. Dano moral configurado na espécie. Quantum indenizatório adequadamente arbitrado no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), pois levados em consideração as peculiaridades do caso e os critérios da razoabilidade-proporcionalidade. RECURSOS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.(0022090-15.2012.8.19.0054 – APELAÇÃO 1ª Ementa Des(a). PATRÍCIA RIBEIRO SERRA VIEIRA - Julgamento: 01/08/2018 - DÉCIMA CÂMARA CÍVEL)

Em relação aos prejuízos sofridos, convém ressaltar que tendo ocorrido o fato ensejador da responsabilidade civil e perpetrado o dano do lesado, tem este, contra responsável, o direito à reparação dos prejuízos ou, em outras palavras, faz jus à devida indenização. Não importa a natureza do dano: tanto é indenizável o dano patrimonial como o dano moral.

A indenização por danos morais, ao contrário do que ocorre na reparação por danos materiais, não tem por fundamento a *restitutio in integrum*, uma vez que é impossível dimensionar a lesão moral, caracterizada no sofrimento do lesado, em se acidentar em via pública em péssimo estado de conservação, sem ter havido qualquer manifestação da autoridade pública, seja sinalizando o local a fim de se evitar outros acidentes ou ainda solucionando o problema e providenciando a manutenção do local. Portanto, objetivando determinar um valor da indenização por danos morais deve-se aplicar o princípio da proporcionalidade, que deve ser sempre o norte do julgador.

Se o dano moral não se pode compensar completamente por não haver preço que suficientemente o pague, indenize-o ao menos no limite do possível, dando-se uma soma que, senão é um perfeito ressarcimento representa, todavia, aquela compensação que comportam as forças humanas. Inegável que o ocorrido com a autora, além do profundo abalo emocional que sofreu em decorrência do susto e das dores físicas e emocionais ocasionadas, acabaram por deixar marcas e lembranças na sua memória, em razão da queda brusca sofrida. Portanto, o dano moral é inequívoco, em razão da dor, sofrimento, angústia e humilhação provocadas pela própria queda, decorrente de desnível e deterioração na calçada da via pública.

Pelo exposto, indubitável o dever de compensar do réu os danos materiais e morais, os quais são devidos em razão dos gastos decorrente do dano, de toda dor, sofrimento e angústia gerados no psicoemocional da autora em decorrência de sua queda.

#### **IV- DO PEDIDO:**

Diante o exposto, requer a V. Exa:

- a) a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça;
- b) a citação do réu para, querendo, responder aos termos da presente ação, sob as penas da lei;
- c) seja julgado PROCEDENTE O PEDIDO, condenando o Município do Rio de Janeiro em indenizar a autora em R\$ 2.000 (dois mil reais) à título de dano material e R\$ 20.000 reais à título de dano moral; valores a serem acrescidos de juros legais e correção monetária;
- d) a condenação do Réu ao pagamento de honorários advocatícios, ficados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Protesta pela produção de todos os meios de prova moralmente legítimos, em especial documental suplementar, pericial e testemunhal.

Atribui- se à causa o valor de R\$ 22.000,00.

**Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2018.**

**Fabício Dunga Ribeiro  
Advogado  
OAB-RJ n. 215.300**

**ROL DE TESTEMUNHA**

Sandra Barbosa de Santana, RG nº 0957493005